

Brasil quita dívida de US\$ 15,5 bi

A medida propicia economia de US\$ 900 milhões em juros, segundo o ministro Palocci

SIMONE CAVALCANTI E
SILMARA COSSOLINO
SÃO PAULO E BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse que o País vai economizar US\$ 900 milhões em juros com a antecipação do pagamento da sua dívida de US\$ 15,5 bilhões com o Fundo Monetário Internacional (FMI), anunciada ontem. Palocci afirmou que o nível de reservas líquidas que o País tem permite esta antecipação.

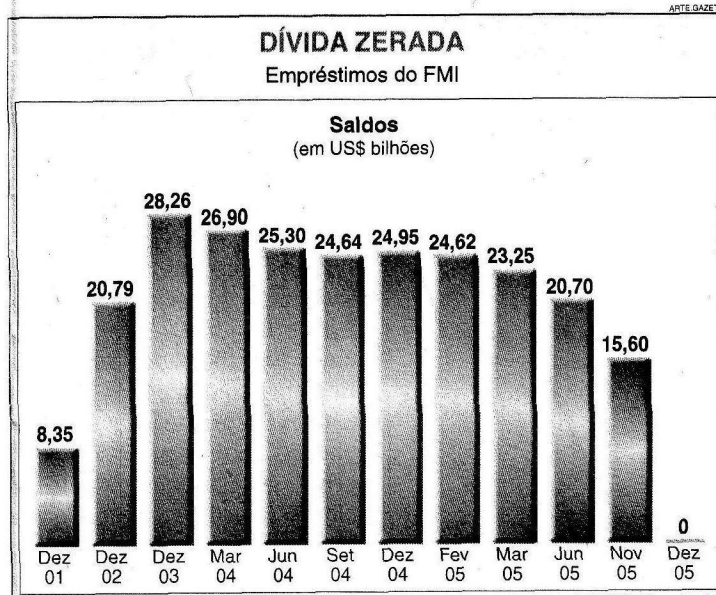
“Estamos em uma situação em que podemos pagar. Vamos liquidar tudo”, disse o ministro, que participou de almoço com representantes do setor automotivo, em São Paulo.

Segundo ele, no final de 2003 o patamar de reservas líquidas era de cerca de US\$ 15 bilhões e agora está em US\$ 51 bilhões. “Estamos tendo um bom comportamento das contas externas”, afirmou.

CRONOGRAMA

Até então, o cronograma original desta linha de crédito previa amortização de cerca de US\$ 7 bilhões em 2006 e de US\$ 8,4 bilhões em 2007. Os recursos serão sacados das reservas internacionais brasileiras, reduzindo a posição de reservas brutas. O pré-pagamento não vai afetar a posição detida em reservas líquidas.

O ministério da Fazenda, por



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil * Cronograma inicial

meio de nota divulgada em Brasília, informou que o pagamento antecipado ao FMI não altera o bom relacionamento entre o Brasil e a instituição, e que continuará desenvolvendo projetos conjuntos que deverão ter impacto, principalmente no que se refere ao Projeto Piloto de Investimentos (PPI).

Os detalhes operacionais referentes ao pagamento antecipado ao FMI — que será efetuado até o final deste mês — deverão ser definidos nos próximos dias pelo Banco Central (veja abaixo as implicações do pagamento antecipado ao FMI, segundo o Ministério da Fazenda).

◆ Bom relacionamento

A decisão de pagar antecipadamente ao Fundo Monetário Internacional não altera o bom relacionamento do Governo Brasileiro com aquela instituição, cuja manutenção tampouco foi prejudicada pela decisão

de não renovar o programa com o FMI no começo de 2005. Projetos conjuntos, com repercussões para parcela significativa dos países membros do FMI, terão o mesmo prosseguimento, notadamente o Projeto Piloto de Investimento e a implementação do novo Manual das Contas Públicas, inclusive a nível sub-nacional. Além disso, o Governo Brasileiro continuará mantendo as relações previstas no Artigo IV dos Estatutos do FMI, em particular a troca de impressões sobre a evolução da economia nacional e internacional.

◆ Fundamentos econômicos

O pagamento antecipado ao FMI é uma decisão que reflete de maneira objetiva a continuidade da melhora dos fundamentos do Brasil, especialmente a redução das vulnerabilidades externas e do risco de crédito da dívida pública externa e interna e da dívida privada, na esteira

de um saldo em conta corrente próximo a 2% do PIB pelo segundo ano consecutivo.

◆ Dívida Pública

Além disso, a proporção da Dívida Pública Mobiliária Federal interna-DPMFi indexada ao dólar (incluindo os efeitos dos “swaps” do Banco Central) caiu de quase 50% em 2002 para 3% ao final de 2005. Por seu lado, a proporção de papéis pré-fixados aumentou de 2% da DPMFi no começo de 2003, para perto de 28% ao final de 2005, reduzindo em mais de 75% a vulnerabilidade da DPMFi a variações do câmbio e da taxa Selic. O Tesouro Nacional também teve sucesso em emitir títulos soberanos denominados em reais (com prazo de 10 anos) e em trocar dívidas antigas, como o C-Bond. Além disso, verifica-se a abertura do mercado de títulos domésticos aos investidores estrangeiros, diminuindo ainda mais a exposição do País à dívida denominada em moeda estrangeira.

◆ Prêmio menor

Essa melhora já mereceu um reconhecimento incipiente, tanto por parte de instituições de classificação de risco quanto dos mercados, onde o prêmio da dívida externa brasileira continua se reduzindo. Esse processo se fortalece com o equacionamento antecipado dos pagamentos para 2006 e 2007, no que diz respeito tanto ao saldo do empréstimo junto ao FMI, quanto às ações tomadas pelo Tesouro Nacional com vistas ao serviço da Dívida Pública Federal nos 18 meses vindouros.